



Concurso Público para provimento de cargos de
**Agente Fiscal de Rendas
Tecnologia da Informação**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A 2

Conhecimentos Básicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****DIREITO****Direito Administrativo**

1. Sociedade de economia mista controlada pelo Estado, prestadora de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, pretende adquirir uma grande quantidade de trens, para modernização de duas de suas linhas. Objetivando a aquisição pelo menor preço, para assegurar ampla competitividade, optou por instaurar o procedimento licitatório na modalidade concorrência internacional. Contudo, considerando notícias de aquisições de empresas internacionais realizadas em outros Estados que se revelaram problemáticas em face do descumprimento de prazos de entrega e dificuldade de assistência técnica, pretende adotar as cautelas permitidas pela legislação que rege licitações e contratos administrativos para evitar a ocorrência de incidentes dessa natureza. Nesse sentido, de acordo com os princípios previstos na Lei nº 8.666/93, a sociedade de economia mista poderá
- (A) estabelecer, com base no princípio da supremacia do interesse público, condições de habilitação restritivas, que impeçam a participação das empresas que forneceram trens a outros Estados e em relação às quais haja indícios de má prestação do objeto contratual.
 - (B) condicionar a participação no certame de licitantes sob os quais recaia suspeição à prestação de garantia em montante superior aos demais, não configurando tal vedação violação ao princípio da isonomia.
 - (C) prever no edital, considerando o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, tratamento diferenciado em relação a empresas brasileiras e estrangeiras, apenas no que diz respeito às condições de prestação do serviço e local de pagamento.
 - (D) assegurar, em situação de empate entre licitantes, em igualdade de condições, preferência à empresa brasileira de capital nacional produtora dos bens objeto da licitação, não configurando tal conduta afronta ao princípio da isonomia.
 - (E) restringir, para evitar conluio entre as empresas participantes do certame, a publicidade de todos os atos do procedimento, considerando os princípios da supremacia do interesse público e da moralidade.
-
2. Simão, comerciante estabelecido na capital do Estado, requereu, perante a autoridade competente, licença para funcionamento de um novo estabelecimento. Embora o interessado não preenchesse os requisitos fixados na normatização aplicável, a Administração, levada a erro por falha cometida por funcionário no procedimento correspondente, concedeu a licença. Posteriormente, constatado o equívoco, a Administração
- (A) somente poderá desfazer o ato judicialmente, em face da preclusão administrativa.
 - (B) poderá revogar o ato, com base em razões de conveniência e oportunidade, sem prejuízo da apreciação judicial.
 - (C) deverá anular o ato, não podendo a anulação operar efeito retroativo, salvo comprovada má-fé do beneficiário.
 - (D) deverá revogar o ato, preservando os efeitos até então produzidos, desde que não haja prejuízo à Administração.
 - (E) deverá anular o ato, produzindo a anulação efeitos retroativos à data em que foi emitido o ato eivado de vício não passível de convalidação.
-
3. No início de nova gestão do Estado, a equipe do Governo decidiu implementar ampla reestruturação na Secretaria da Fazenda, com o objetivo de aumentar a eficiência na arrecadação tributária e no controle de gastos públicos. Para tanto, foi contratada consultoria especializada, que identificou a necessidade de alteração de algumas estruturas organizacionais, realocação de servidores e revisão de processos de trabalho. De acordo com os princípios e normas aplicáveis à Administração pública,
- (A) somente mediante lei poderão ser extintos cargos e funções vagas, podendo ser criados novos órgãos por decreto do Chefe do Executivo, desde que não importe aumento de despesa.
 - (B) a extinção de cargos, vagos ou não, bem como a criação de órgãos poderá ser efetuada por decreto do Chefe do Executivo e a revisão de processos de trabalho por ato do Secretário da Fazenda.
 - (C) poderão ser criados novos órgãos mediante decreto do Chefe de Executivo e extintos aqueles considerados desnecessários por ato do Secretário da Fazenda.
 - (D) os servidores somente poderão ser realocados por ato do Chefe do Executivo e os cargos vagos poderão ser extintos por ato do Secretário da Fazenda.
 - (E) decreto do Chefe do Executivo poderá dispor sobre a organização e funcionamento da Secretaria, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos.



4. O Estado pretende descentralizar a execução de atividade atualmente desempenhada no âmbito da Administração direta, consistente nos serviços de ampliação e manutenção de hidrovia estadual, em face da especialidade de tais serviços. Estudos realizados indicaram que será possível a cobrança de outorga pela concessão, a particulares, do uso de portos fluviais que serão instalados na referida hidrovia, recursos esses que serão destinados a garantir a autossuficiência financeira da entidade a ser criada. Considerando os objetivos almejados, poderá ser instituída
- (A) autarquia, caracterizada como pessoa jurídica de direito privado dotada do poder de autoadministração, nos limites previstos na lei instituidora.
 - (B) agência reguladora, sob a forma de autarquia de regime especial, cuja criação deve ser autorizada por lei, dotada de autonomia orçamentária e financeira.
 - (C) agência executiva, sob a forma de empresa ou de autarquia que celebre contrato de gestão com a Administração direta para ampliação de sua autonomia.
 - (D) sociedade de economia mista, caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, submetida aos princípios aplicáveis à Administração pública, e cuja criação é autorizada por lei.
 - (E) empresa pública, caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, criada por lei específica e com patrimônio afetado à finalidade para a qual foi instituída.
-
5. Determinado agente fiscal de rendas revelou, a dono de posto de gasolina com quem mantinha relação de amizade, informação sigilosa da qual tinha conhecimento em razão das suas atribuições, consistente em operação de fiscalização extraordinária que seria realizada em determinada data, sem prévio aviso, para apurar um esquema de fraude fiscal em operações de comercialização de combustíveis. De acordo com as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, a conduta do agente fiscal
- (A) configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública, sendo passível da aplicação, dentre outras, da pena de perda da função pública.
 - (B) somente configura ato de improbidade administrativa se comprovado o recebimento de vantagem ilícita, sujeitando o agente, dentre outras, à pena de demissão.
 - (C) não configura ato de improbidade administrativa, salvo se comprovado dano ao erário, situação em que sujeita o agente, dentre outras, à pena de ressarcimento integral do dano e multa de até duas vezes o valor do dano.
 - (D) configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sujeitando o agente, dentre outras, à pena de suspensão dos direitos políticos de cinco a dez anos.
 - (E) somente configura ato de improbidade administrativa, se ensejar, cumulativamente, dano ao erário e enriquecimento ilícito, sujeitando o agente, dentre outras, à pena de demissão, ressarcimento integral do dano e multa.
-
6. Carlos, proprietário de um veículo licenciado na Capital do Estado de São Paulo, teve seu nome inscrito, indevidamente, no cadastro de devedores do Estado ("Cadin"), em face do suposto não pagamento de IPVA. Constatou-se, subsequentemente, que o débito objeto do apontamento fora quitado tempestivamente pelo contribuinte, decorrendo a inscrição no Cadin de um erro de digitação de dados incorrido pelo servidor responsável pela alimentação do sistema de informações. Em razão dessa circunstância, Carlos, que é consultor, sofreu prejuízos financeiros, entre os quais a impossibilidade de participar de procedimento licitatório instaurado pela Administração para contratação de serviços de consultoria, bem como o impedimento de obtenção de financiamento de projeto que estava conduzindo pela Agência de Fomento do Estado, que dispunha de linha de crédito com juros subsidiados, sendo obrigado a tomar financiamento junto a instituição financeira privada em condições mais onerosas. Diante da situação narrada, de acordo com o disposto na Constituição Federal sobre a responsabilidade civil do Estado,
- (A) o Estado responde objetivamente pelos prejuízos sofridos por Carlos, podendo exercer o direito de regresso em face do servidor, se comprovada conduta culposa ou dolosa do mesmo.
 - (B) Carlos deverá acionar o servidor responsável pelo erro e, desde que comprovada a responsabilidade subjetiva, possui direito à reparação, pelo Estado, dos prejuízos sofridos.
 - (C) o Estado não está obrigado a reparar os prejuízos sofridos por Carlos, devendo, contudo, corrigir a falha identificada e proceder à apuração de responsabilidade do servidor.
 - (D) o servidor está obrigado a reparar os prejuízos sofridos por Carlos, podendo exercer direito de regresso em face do Estado, se comprovada falha na prestação do serviço.
 - (E) Estado e servidor são solidária e objetivamente responsáveis pelos prejuízos sofridos por Carlos, desde que comprovada falha na prestação do serviço.



7. A respeito das normas constitucionais aplicáveis aos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que
- (A) os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.
 - (B) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
 - (C) os servidores públicos organizados em carreira devem ser remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
 - (D) a contratação por tempo determinado destina-se ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos estabelecidos em lei.
 - (E) a aposentadoria compulsória do servidor ocupante de cargo efetivo dá-se aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
-
8. No que concerne aos meios de apuração de infrações administrativas, é correto afirmar que
- (A) o relatório da comissão disciplinar encarregada da apuração da infração administrativa vincula a decisão da autoridade competente para aplicação da pena, salvo se esta acolher pedido de reconsideração do servidor.
 - (B) dispensa-se o processo administrativo disciplinar para apuração de infração sujeita à pena de demissão, quando se tratar de verdade sabida, podendo ser instaurada sindicância a critério da autoridade competente.
 - (C) a sindicância destina-se à apuração de elementos para identificar a existência da infração administrativa ou sua autoria, sendo admitida, também, como meio sumário para apuração de faltas puníveis com penalidades outras que não a demissão.
 - (D) o processo administrativo disciplinar somente é obrigatório quando da sindicância não resultar a apuração de elementos suficientes para concluir pela existência da falta punível com demissão ou a sua autoria.
 - (E) com base no princípio da oficialidade, a autoridade julgadora é impedida de determinar o saneamento do processo administrativo disciplinar ou a realização de novas diligências para a formação probatória.
-
9. De acordo com o disposto na Lei Complementar Estadual nº 939/2003, que instituiu o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte do Estado de São Paulo,
- (A) a recusa do contribuinte de recebimento da ordem de fiscalização emitida pela autoridade responsável obsta o início dos trabalhos da fiscalização, devendo ser lavrado o competente auto de infração.
 - (B) constitui direito do contribuinte a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito.
 - (C) a apresentação de consulta escrita pelo contribuinte relativa à incidência de tributo deverá ser respondida no prazo máximo de noventa dias e, desde que fundamentada, impede a autuação em relação à matéria consultada.
 - (D) a Secretaria da Fazenda não poderá deixar de executar procedimento fiscal, ainda que os custos superem a expectativa do correspondente benefício tributário.
 - (E) nos casos em que a conclusão dos procedimentos de fiscalização dependa da retenção de livros, documentos e arquivos do contribuinte, esta não poderá superar o prazo de noventa dias.
-
10. De acordo com as disposições do Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o acesso do cidadão aos documentos, dados e informações dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual NÃO compreende
- (A) informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades quanto à sua política, organização e serviços.
 - (C) dado ou informação relativo a acompanhamento e resultados de programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, no que diz respeito a metas e indicadores propostos.
 - (D) dados ou informações utilizados como fundamento da tomada de decisão de ato administrativo discricionário editado pelos órgãos e entidades.
 - (E) informações relacionadas, indiretamente, com o interesse do requerente, a critério da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA.

**Direito Privado**

Instruções: Nas questões de números 11 a 18, assinale a alternativa correta em relação ao assunto proposto.

11. Em relação ao uso e gozo da propriedade:
- (A) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
 - (B) A propriedade é presumida em condomínio, salvo prova em contrário.
 - (C) A propriedade do solo abrange o subsolo, mas não o espaço aéreo correspondente.
 - (D) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica.
 - (E) Somente o proprietário que seja também possuidor direto do bem pode buscar reavê-lo de quem quer que injustamente o possua ou detenha.
-
12. No tocante às pessoas naturais e jurídicas:
- (A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início efetivo de suas atividades civis ou empresariais.
 - (B) As autarquias, União, Estados e Municípios, bem como os partidos políticos, são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (C) As associações, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada são pessoas jurídicas de direito privado.
 - (D) A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, evento a partir do qual serão protegidos também os direitos do nascituro.
 - (E) Somente as pessoas naturais possuem atributos da personalidade e, assim, apenas elas podem sofrer danos morais.
-
13. Quanto à transmissão das obrigações:
- (A) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a mais antiga.
 - (B) A cessão de um crédito, salvo disposição em sentido contrário, não abrange os seus acessórios.
 - (C) A cessão do crédito tem eficácia imediata em relação ao devedor, independentemente do cumprimento de requisitos prévios.
 - (D) O cedente, como regra geral, responde pela solvência do devedor.
 - (E) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
-
14. A posse
- (A) só implicará a possibilidade de usucapião se for de boa-fé e com justo título.
 - (B) é justa se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
 - (C) é adquirida desde o momento em que se obtenha seu reconhecimento por meio de documento escrito.
 - (D) do imóvel não tem qualquer vinculação com a posse das coisas móveis que nele estiverem.
 - (E) é transmitida aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
-
15. Em relação a preferências e privilégios creditórios:
- (A) Os títulos legais de preferência são os direitos reais e os direitos pessoais.
 - (B) Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas forem equivalentes ao valor dos bens do devedor.
 - (C) Não havendo título legal à preferência, esta dar-se-á nas habilitações de crédito mais antigas, por ordem de protocolo.
 - (D) A discussão correspondente entre os credores pode versar quer sobre a preferência entre eles disputada, quer sobre a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.
 - (E) Conservam seus respectivos direitos os credores, hipotecários ou privilegiados sobre o valor da indenização, salvo se a coisa obrigada a hipoteca ou privilégio for desapropriada.



16. Quanto ao estabelecimento:

- (A) No caso de seu arrendamento ou usufruto, não haverá vedação possível à concorrência empresarial.
- (B) Não havendo autorização expressa, seu alienante não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dez anos subsequentes à transferência.
- (C) Seu adquirente responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- (D) Não pode ele ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, ainda que compatíveis com sua natureza.
- (E) Se transferido, a cessão de seus créditos produzirá efeitos em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, sendo ineficaz o pagamento se o devedor o fizer ao cedente, ainda que de boa-fé.

17. Em relação à sucessão:

- I. Aberta a sucessão, o que se dará no lugar do último domicílio do falecido, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- II. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos, o mesmo ocorrendo quanto aos bens não compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.
- III. Se concorrer com parentes sucessíveis, que não sejam herdeiros necessários, o companheiro ou a companheira terão direito a dois terços da herança.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.

18. Em relação aos gerentes dos estabelecimentos empresariais:

- I. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
- II. O gerente não pode estar em Juízo em nome do preponente, mesmo que pelas obrigações resultantes do exercício de sua função, por se tratar de capacidade exclusiva do representante legal do estabelecimento.
- III. O preponente responde com o gerente pelos atos que este pratique em seu próprio nome, mas à conta daquele.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

Direito Penal

19. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, configura

- (A) advocacia administrativa.
- (B) crime contra ordem tributária.
- (C) tráfico de influência.
- (D) exploração de prestígio.
- (E) condescendência criminoso.



20. Em relação ao delito de falsificação de documento público, é correto afirmar que
- (A) também o configura a falsificação do conteúdo do documento, embora verdadeira a forma.
 - (B) os títulos transmissíveis por endosso podem ser objeto material da infração.
 - (C) a pena deve ser aumentada da sexta parte se o agente é funcionário público, mesmo que não se prevaleça do cargo.
 - (D) admite a forma culposa.
 - (E) não é absorvido pelo estelionato, ainda que nele se exaure, sem mais potencialidade lesiva, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

Direito Constitucional

21. Sob o fundamento de ofensa à repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, o Procurador-Geral da República propõe ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto lei estadual que complementa a disciplina de determinada matéria de direito urbanístico constante de lei federal preexistente. Como se depreende de elementos extraídos do processo, a lei estadual tem por finalidade atender a peculiaridades do Estado-membro, sem contrariar as normas gerais contidas na lei federal preexistente, a qual, contudo, não contém norma de autorização para que os Estados-membros legislem sobre a matéria.

Nessa hipótese, nos termos da Constituição da República,

- (A) o Procurador-Geral da República não possui legitimidade para a propositura da ação, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (B) a lei estadual não pode ser objeto de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (C) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito, é improcedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa concorrente, em relação à qual os Estados possuem competência suplementar.
 - (D) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, assim como, no mérito, a ação é procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (E) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito, é improcedente, uma vez que seria necessária prévia autorização por lei complementar federal para o Estado legislar a respeito da matéria de forma a atender a suas peculiaridades.
22. Tramita perante o Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1/2012, a qual, subscrita por 81 Senadores, pretende instituir imunidade de impostos incidentes sobre produtos elaborados preponderantemente com insumos provenientes de reciclagem ou reaproveitamento, na forma estabelecida em lei. À luz da Constituição da República, a PEC nº 1/2012
- (A) padece de vício de iniciativa, uma vez que não foi subscrita pelo número mínimo de Senadores exigido para a apresentação de proposta de emenda constitucional.
 - (B) padece de vício de iniciativa, por versar sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.
 - (C) deveria tramitar, primeiramente, pela Câmara dos Deputados, na qualidade de casa legislativa de representação do povo, somente seguindo para o Senado se aprovada por, no mínimo, dois terços dos membros da casa iniciadora, em dois turnos de votação.
 - (D) não poderá ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional, por afrontar limite material imposto ao poder de reforma constitucional, ao pretender dispor sobre matéria que se insere dentre as limitações ao poder de tributar.
 - (E) não padece de vício de iniciativa, tampouco afronta limite material ao poder de reforma constitucional, podendo ser objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional.

23. Uma empresa pretende obter vista de autos de processo que tramita perante o Tribunal de Contas do Estado, do qual constam cópias de representação formulada por terceiros relativamente a contrato em que figura como prestadora de serviços de órgão da Administração direta estadual. O Presidente da Corte de Contas, que funciona como julgador singular no caso em tela, indefere o pedido.

Nessa hipótese, a fim de ver sua pretensão acolhida, poderá a empresa valer-se, na esfera judicial, de

- (A) mandado de segurança, de competência do Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) *habeas data*, de competência do Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) *habeas data*, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ação popular, de competência do Tribunal de Justiça do Estado.



24. Ao disciplinar a atividade econômica do Estado, a Constituição da República prevê que
- (A) empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de prestação de serviços poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, nas hipóteses previstas em lei, com vistas a estimular a competitividade no setor.
 - (B) a lei estabelecerá, entre outros, o estatuto jurídico da sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, dispondo sobre sua sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - (C) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definidos em lei.
 - (D) a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados constituem monopólio da União, que poderá contratar com empresas estatais ou privadas sua realização, observadas as condições estabelecidas em lei.
 - (E) a lei estabelecerá a responsabilidade da pessoa jurídica, como alternativa à responsabilidade individual de seus dirigentes, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

25. Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição da República a respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais:
- I. As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição, sendo o seu repúdio um princípio de regência das relações internacionais do Estado brasileiro.
 - II. Todo poder emana do povo, que pode exercê-lo indiretamente, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, valendo-se de plebiscito, referendo e iniciativa popular, mecanismos previstos para tanto na Constituição.
 - III. A determinação constitucional para que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos está relacionada ao objetivo fundamental da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - IV. A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com o princípio de prevalência dos direitos humanos, expressamente consignado no texto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
26. Servidor titular de cargo efetivo na Administração direta estadual paulista, estável, pretende candidatar-se a Vereador do Município em que reside e está lotado. Considerando a disciplina da matéria na Constituição da República e na Constituição do Estado de São Paulo, o servidor em questão, se eleito,
- (A) perderá o cargo, desde que mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) será necessariamente afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
 - (C) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, a menos que não haja compatibilidade de horários, caso em que perderá o cargo efetivo na Administração direta.
 - (D) poderá manter o cargo, sendo inamovível, durante o exercício do mandato, cujo tempo será ainda computado para fins de aposentadoria especial.
 - (E) terá assegurado o direito de afastar-se do cargo efetivo, durante o tempo de exercício do mandato, percebendo vencimentos e vantagens, além de o tempo de serviço ser contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

27. É função institucional da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Constituição paulista,
- (A) realizar procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, regulados ou não por lei especial.
 - (B) promover a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual.
 - (C) requisitar certidões, informações, autos de processo administrativo e documentos, estando os servidores obrigados a seu atendimento, exceto os que ocupem cargo em comissão ou exerçam função de confiança.
 - (D) exercer o controle externo da atividade policial, nos termos de lei complementar, de iniciativa facultada ao Procurador Geral.
 - (E) exercer a orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, na forma de sua Lei Orgânica.



28. Suponha que a legislação relativa ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de um certo Estado seja alterada, por lei publicada no mês de novembro de determinado exercício, para o fim de se instituírem alíquotas diferenciadas do imposto em função do tipo e utilização do veículo. Nessa hipótese, a alteração promovida na legislação estadual é
- (A) incompatível com a Constituição da República, que não admite a fixação de alíquotas diferenciadas para o IPVA.
 - (B) compatível com a Constituição da República e a cobrança respectiva poderá ser efetuada já no exercício seguinte, uma vez que o IPVA sujeita-se tão somente ao princípio da anterioridade, sem necessidade de observância do prazo de 90 dias entre a publicação da lei que o institui ou aumenta e sua cobrança.
 - (C) compatível com a Constituição da República, mas a cobrança respectiva não poderá ser efetuada no exercício seguinte, uma vez que somente a fixação da base de cálculo do IPVA está dispensada da observância do prazo de 90 dias entre a publicação da lei e sua cobrança.
 - (D) incompatível com a Constituição da República, que atribui ao Senado Federal, por meio de Resolução, e não ao Estado-membro, competência para fixação de faixas de alíquotas diferenciadas para o IPVA, em função do tipo e utilização do veículo.
 - (E) incompatível com a Constituição da República apenas no que se refere ao estabelecimento de alíquotas diferenciadas em função do tipo de veículo, já que em função de sua utilização a norma constitucional o admite.
-
29. Diante do que dispõem a Constituição da República e a Constituição do Estado de São Paulo, tanto o Presidente da República como o Governador do Estado possuem, na qualidade de chefes do Poder Executivo de entes da Federação, competência para
- (A) editar medidas provisórias, com força de lei, sendo, contudo, vedada sua utilização pelo Governador do Estado para a regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
 - (B) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território do ente da Federação cujo governo chefiar.
 - (C) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - (D) dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração da esfera respectiva, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (E) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução, em prazo não inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias.
-
30. Ao dispor sobre a repartição de receitas tributárias entre os entes da Federação, a Constituição da República estabelece que pertence aos Municípios
- (A) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (B) a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, quando os Municípios optarem, na forma da lei, por sua fiscalização e cobrança, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (C) 10% do produto da arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
 - (D) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre transmissão *causa mortis* e doação, relativamente a fatos geradores ocorridos em seus territórios.
 - (E) 29% do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, devendo ser observada a destinação ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Direito Tributário I

31. A empresa Amostra Ltda., contribuinte do ICMS, tem um *showroom* com diversos eletroeletrônicos. Esses aparelhos são amostras das próximas gerações de TV, *Home-Theater*, aparelhos de automação residencial etc. Tais mercadorias estão ali em razão de contratos de comodato, empréstimo de coisa infungível, firmado com as maiores empresas de eletroeletrônicos do setor, dentre elas a TH Eletronics S.A. . Sem qualquer autorização, de modo bastante amador, um dos funcionários da Amostra Ltda. vende um dos aparelhos, não sujeito ao regime de substituição tributária, para terceiros, autorizando a sua retirada imediata, sem emissão de documentação fiscal. Essa venda poderá ser questionada pelo Poder Judiciário, uma vez que a Amostra Ltda. vendeu bem que não lhe pertencia.

Diante desse cenário, ao se deparar com tal situação, o Agente Fiscal de Rendas

- (A) lavrará Auto de Infração e Imposição de Multa, cobrando o ICMS incidente sobre a venda da TH Eletronics S.A., proprietária da mercadoria vendida.
- (B) não lavrará o Auto de Infração e Imposição de Multa, uma vez que teve conhecimento de que a mercadoria vendida não era de propriedade da empresa Amostra Ltda.
- (C) não lavrará o Auto de Infração e Imposição de Multa para a cobrança do ICMS, pois a venda realizada está fora da incidência do ICMS, nos termos da legislação.
- (D) lavrará o Auto de Infração e Imposição de Multa, cobrando o ICMS da empresa Amostra Ltda., mas essa, após pagar o imposto, poderá ressarcir-lo da comodatária TH Eletronics S.A., real proprietária da mercadoria vendida.
- (E) lavrará Auto de Infração e Imposição de Multa, cobrando o ICMS da empresa Amostra Ltda.



32. É uma das limitações constitucionais do poder de tributar:

- (A) A imunidade recíproca entre os Entes da Federação – União, Estados, Distrito Federal e Municípios que garante a isonomia na distribuição de receitas tributárias.
- (B) A imunidade aos impostos que gravem o patrimônio, a renda ou os serviços das entidades de assistência social, sem fins lucrativos, desde que não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- (C) O princípio da anualidade, vigente na atual ordem constitucional, que impõe a necessidade, para a cobrança de determinado tributo, de sua previsão na lei orçamentária aprovada na legislatura no ano calendário anterior, salvo as exceções constitucionalmente previstas.
- (D) A legalidade tributária estrita, incluída na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003.
- (E) A imunidade aos impostos, taxas e contribuições de melhoria dos templos de qualquer culto.

33. Augusto doa a Caio, no final do ano de 2012, por meio de instrumento público lavrado em cartório extrajudicial do Estado de São Paulo, a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Tanto Augusto como Caio são domiciliados em São Paulo. Tendo notícia do ocorrido, a Fazenda Estadual apurou que Caio havia recolhido o ITCMD aos cofres públicos a quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), dentro do prazo estabelecido pela legislação. A formalização do negócio jurídico foi praticada pelo tabelião.

Considerando a situação descrita, na data de hoje, o imposto foi recolhido pelo contribuinte em importância inferior à devida legalmente. Nesse caso,

- (A) o Fisco deve cobrar a metade da diferença de Caio, o contribuinte principal, e a outra metade do tabelião, como responsável solidário.
- (B) o imposto pode ser cobrado do contribuinte ou do tabelião, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação por aquele.
- (C) como houve formalização do ato de doação pelo tabelião, o Fisco Estadual não tem mais direito de cobrar o valor devido.
- (D) como o tabelião responsável pela lavratura do instrumento não foi diligente em conferir o recolhimento do ITCMD ao Estado de São Paulo, ele deve responder pessoalmente perante o Fisco, independentemente da possibilidade de se cobrar do contribuinte principal.
- (E) o Fisco só pode cobrar a diferença do contribuinte, mesmo tendo o ato ocorrido perante tabelião.

34. César Augusto, Agente Fiscal de Rendas, notando a ocorrência de fato gerador, sem que tal fato fosse reportado ao Fisco, lavrou Auto de Infração e Imposição de Multa cobrando imposto e penalidades da HAL Materiais de Informática Ltda. O instrumento do Auto de Infração e Imposição de Multa foi entregue juntamente com a documentação que o instruíra à autuada e esta o recebeu, por meio de pessoas com poderes para tanto, formalizando assim a regular notificação do sujeito passivo.

Considerando a situação fática exposta, exclusivamente com base no Código Tributário Nacional, o lançamento tributário pode ser alterado por

- I. impugnação da HAL Materiais de Informática Ltda.
- II. recurso de ofício, caso haja no presente caso decisão em processo administrativo que reduza o crédito tributário.
- III. iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando se notar que o prazo prescricional do lançamento já decorreu.
- IV. iniciativa do próprio Agente Fiscal de Rendas, após o decurso do prazo de defesa sem a apresentação de impugnação, quando se notar que apurou a quantia de imposto a ser pago em montante superior ao devido nas operações fiscalizadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

35. A Lei Estadual nº 12.605/2012, do Estado da Bahia, aprovada pela Assembleia Legislativa daquele Estado, em seu artigo 11, assim prescreveu:

“Art. 11 – Ficam extintos, independentemente de requerimento do sujeito passivo, os débitos vencidos até 30 de setembro de 2012, por veículo, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, cujo valor atualizado em 31 de outubro de 2012 seja igual ou inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).”

Esse é um típico caso de

- (A) remição.
- (B) anistia.
- (C) remissão.
- (D) isenção.
- (E) moratória.



36. A Lei Complementar tem grande importância no Sistema Tributário Nacional. De acordo com a Constituição Federal de 1988, por meio desse instrumento
- (A) são reguladas as limitações ao direito de tributar, previstas na Constituição Federal, bem como são estabelecidas normas gerais em matéria tributária sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência.
 - (B) a União, para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, pode instituir impostos extraordinários.
 - (C) a União pode instituir impostos não previstos na Constituição, mesmo que, pela excepcionalidade, tenham fato gerador e base de cálculo de impostos iguais aos existentes na Constituição Federal.
 - (D) são estabelecidas normas gerais em matéria tributária, dentre elas a definição dos tributos e suas espécies, bem como, são instituídos os impostos discriminados na Constituição com os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
 - (E) são previstas as percentagens de repartição de receita tributária entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
-
37. Possuem competência para instituir o Imposto Sobre Doações e Transmissão *causa mortis*, Imposto Territorial Rural, Impostos sobre Importações e Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza, respectivamente,
- (A) Estados; Municípios; União; Estados e Distrito Federal.
 - (B) Municípios; Estados e Distrito Federal; União; Municípios.
 - (C) Estados e Distrito Federal; União; União; Distrito Federal.
 - (D) Estados; União; Estados e Distrito Federal; Municípios.
 - (E) Estados; Municípios; União; Municípios e Distrito Federal.
-
38. Fato Gerador e Obrigação Tributária são dois institutos intrinsecamente relacionados no Direito Tributário, sendo um decorrência do outro. A respeito desses institutos, é correto afirmar:
- (A) O fato gerador da obrigação principal é situação definida na forma da lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, podendo ocorrer a sua definição, excepcionalmente, por tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.
 - (B) A obrigação acessória tem por objeto obrigações de dar ou fazer, positivas ou negativas, que contribuem com a arrecadação e fiscalização dos tributos.
 - (C) A obrigação acessória não se converte em obrigação principal, pois o seu fato gerador é qualquer situação que imponha a prática ou abstenção de ato que não configure a obrigação principal, nos termos do CTN.
 - (D) A mesma situação fática pode ser fato gerador de uma obrigação tributária principal e de uma obrigação tributária acessória, ambas definidas na legislação tributária.
 - (E) A obrigação principal surge com o fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo, enquanto a obrigação acessória tem por objeto o pagamento de penalidade pecuniária, sendo que ambas se extinguem com o crédito delas decorrente.
-
39. Em relação à sujeição ativa dos tributos, o
- (A) ICMS, nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, competirá a dois estados, sendo repartido entre os Estados de origem e de destino.
 - (B) ICMS, nas operações que destinem mercadorias para exterior, caberá ao Estado de origem da mercadoria, não importando a Unidade da Federação em que se localiza o porto em que foram despachadas.
 - (C) Imposto sobre Doações e Transmissão de bens *causa mortis*, relativamente aos direitos sobre imóveis, competirá ao Estado de localização do bem, e, relativamente a créditos, competirá ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento.
 - (D) Imposto Territorial Rural competirá ao Município de localização da propriedade e será repartido proporcionalmente quando a propriedade ultrapassar os limites de um único território municipal.
 - (E) Imposto sobre Transmissão *inter vivos* competirá ao Estado de localização do bem imóvel, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis.



40. Uma empresa multinacional do ramo ótico tem estabelecimento no Estado de São Paulo, sendo contribuinte do ICMS. O Agente Fiscal de Rendas do Estado recebeu a incumbência de realizar uma atividade fiscalizatória nesta filial e, para tanto, a notificou a apresentar livros e documentos fiscais, bem como determinados livros, documentos e arquivos comerciais que se relacionavam com os pontos objeto da fiscalização. Nesse caso, a empresa tem a obrigação de apresentar os livros e documentos fiscais para o agente de Fiscalização do Estado. Os demais documentos solicitados
- (A) são de apresentação facultativa, haja vista que podem conter segredos comerciais das suas atividades, e são protegidos legalmente.
 - (B) a empresa não apresentou, pois não foi autorizada pela matriz, que se apoia na legislação estrangeira.
 - (C) também devem ser apresentados, pois não tem aplicação qualquer disposição, ainda que legal, que seja excludente ou limitativa do direito do Fisco de examinar o que foi requisitado.
 - (D) são protegidos pela legislação comercial; por isso, só poderão ser examinados pela fiscalização quando houver processo administrativo instaurado, ou procedimento fiscal em curso, e desde que tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
 - (E) só podem ser examinados com autorização judicial, mediante pedido fundamentado da Administração Tributária.

Legislação Tributária do Estado de São Paulo I

41. A empresa ABC tem matriz localizada neste Estado, cuja atividade principal é a venda no atacado de mercadorias em geral, sendo que seus principais clientes são varejistas e pequenas indústrias, localizadas neste Estado, nos Estados de Minas Gerais e Bahia e no exterior. Neste contexto, temos uma hipótese de não incidência do ICMS na saída de mercadoria da matriz
- (A) com destino a outro estabelecimento da mesma empresa, localizado em outro Estado, para posterior exportação.
 - (B) para depósito, em nome do remetente, em armazém geral, localizado em Minas Gerais.
 - (C) com destino à empresa transportadora paulista, contratada por cliente varejista, para transportar a mercadoria até seu estabelecimento na Bahia.
 - (D) com destino à varejista paulista, a título de venda, com o intuito de ser utilizada como ativo permanente.
 - (E) com destino à indústria, localizada neste Estado, para ser utilizada como insumo de produto a ser exportado.
-
42. O Hotel Qbela Praia, localizado no litoral do Estado de São Paulo, possui um restaurante na cobertura, com vista panorâmica, onde são servidos o café da manhã, o almoço e o jantar, e também possui serviço de quarto 24 horas, que serve refeições e bebidas com cardápio e preços diferenciados, e frigobar nos apartamentos de luxo. Considerando estas informações, NÃO há incidência de ICMS
- (A) no jantar, serviço no restaurante, desde que o hóspede tenha optado pela tarifa de hospedagem que incluía o valor da refeição.
 - (B) no café da manhã, servido no quarto, desde que o pagamento seja realizado no dia de saída do hotel, no momento do fechamento da conta.
 - (C) no almoço, servido no restaurante, desde que o cliente opte pelo *buffet* de preço fixo e o pagamento seja realizado no dia da saída do hotel.
 - (D) no almoço, servido no restaurante, desde que os insumos utilizados estejam sujeitos à isenção do ICMS e as bebidas estejam no regime de substituição tributária.
 - (E) no café da manhã, servido no restaurante, desde que o cliente opte pelo *buffet* de preço fixo e as bebidas estejam sujeitas à substituição tributária.
-
43. Na administração tributária, a capacidade de distinguir se uma pessoa natural ou jurídica, em determinada situação é, ou não, contribuinte de um determinado imposto, é uma tarefa importante e corriqueira. NÃO é considerado contribuinte do ICMS
- (A) a empresa que preste serviço de telefonia via internet – VOIP, com intuito comercial.
 - (B) o autônomo que preste serviço de transporte interestadual de pessoas ou de coisas, de modo habitual.
 - (C) a pessoa natural que arremate mercadoria ou bem, em leilão judicial, para seu uso pessoal.
 - (D) a pessoa natural que importe veículo ou equipamento do exterior, para seu uso pessoal.
 - (E) a pessoa natural que cultive verduras e legumes, com o intuito de vendê-las diretamente ao consumidor em feiras e mercados.



44. Considerando que o ICMS é um imposto de competência estadual e que em diversas situações podem ocorrer dúvidas sobre a identificação do sujeito ativo relativamente a determinado fato gerador; para a cobrança do imposto é importante a definição do local onde se reputa ocorrida a operação ou a prestação. Assim, tanto a Lei Complementar 87 de 1996 como o Regulamento do ICMS de São Paulo tratam da questão. Considera-se local da operação ou prestação, tratando-se de
- I. mercadoria, o local onde a mercadoria está, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal.
 - II. mercadoria importada do exterior, o local do desembaraço aduaneiro, quando este tiver sido regularmente realizado.
 - III. prestação de serviço de telefonia celular, na modalidade pós-pago, onde seja cobrado o serviço.
 - IV. prestação de serviço de transporte, onde tenha início a prestação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I, III e IV.
-
45. A empresa Lojas Canadenses tem como atividade principal a venda de mercadorias por meio de *site* na Internet. Além de vender as mercadorias, a empresa também realiza, conforme a opção do cliente, a entrega, a instalação e a montagem. A empresa oferece opção de pagamento à vista ou a prazo. O cliente "A" comprou o equipamento a1 (R\$ 500,00) e solicitou a entrega em seu domicílio (R\$ 45,00) e a instalação (R\$ 65,00). O cliente "B" comprou o equipamento b2 (R\$ 750,00), para pagar a prazo (10 parcelas de R\$ 82,00) e informou que a transportadora de sua confiança iria retirá-lo na loja. Sabe-se que a loja e os clientes estão no mesmo município e que o valor do frete cobrado pela transportadora do cliente "B" foi de R\$ 30,00. O valor da base de cálculo do ICMS em cada uma dessas operações de saída de mercadoria promovida pela loja é, respectivamente, de
- (A) R\$ 500,00 e R\$ 750,00.
 - (B) R\$ 565,00 e R\$ 750,00.
 - (C) R\$ 565,00 e R\$ 820,00.
 - (D) R\$ 610,00 e R\$ 820,00.
 - (E) R\$ 610,00 e R\$ 850,00.

-
46. A legislação paulista relativa à substituição tributária com retenção antecipada do imposto estabelece critérios para a fixação da base de cálculo da substituição. NÃO representa um critério válido para a definição da base de cálculo o preço
- (A) praticado pelo sujeito passivo, acrescido de encargos transferíveis ao consumidor e de margem de valor agregado.
 - (B) máximo ao consumidor, autorizado por autoridade competente.
 - (C) médio ponderado ao consumidor, praticado no mercado.
 - (D) mínimo, fixado por pauta pela Secretaria da Fazenda.
 - (E) sugerido ao consumidor por fabricante ou importador.

-
47. A empresa Casas Cearenses possui estabelecimentos localizados em SP e em outros Estados brasileiros e vende mercadorias no atacado e no varejo em lojas próprias, por televidas e pela internet. Estas mercadorias são fabricadas no Brasil com insumos 100% nacionais. Considere as operações realizadas por uma loja paulista:

- Venda de duas unidades do produto "A" para consumidor final, pessoa natural residente em Salvador/BA, para uso pessoal, por R\$ 80,00 cada.
- Venda de três unidades do produto "B" para varejista localizado em Recife/PE, para revenda, por R\$ 70,00 cada.
- Venda de três unidades do produto "C" para uma indústria metalúrgica em Belo Horizonte/MG, para uso no departamento de pessoal, por R\$ 50,00 cada.
- Venda de cinco unidades do produto "D" para um varejista em São Paulo/SP, para revenda, por R\$ 40,00 cada.

O valor do ICMS devido nessas operações é

- (A) R\$ 106,50.
- (B) R\$ 79,90.
- (C) R\$ 97,50.
- (D) R\$ 129,60.
- (E) R\$ 87,90.



48. O ICMS é um imposto que tem como uma de suas características a não cumulatividade. Desta forma, e respeitando certas regras e condições, o valor do imposto pago em operações anteriores pode ser utilizado para pagar, mediante compensação, o valor do imposto devido, em determinado período. Considere as seguintes operações de uma indústria:
- Recebimento de matéria-prima, de fornecedor paranaense, para ser utilizada como insumo: valor da compra R\$ 200,00, mais frete no valor de R\$ 30,00.
 - Recebimento de material de embalagem, de fornecedor paulista, para embalar o produto fabricado: valor da compra R\$ 50,00, valor do frete incluído no preço.
 - Recebimento de combustível, de fornecedor paulista, para utilização no processo produtivo: valor da compra R\$ 40,00, valor do frete incluído no preço.
 - Recebimento de material de escritório, de fornecedor mineiro, para uso no departamento de pessoal: valor de compra R\$ 15,00, mais frete no valor de R\$ 5,00.
 - Recebimento de energia elétrica, de fornecedor paulista, para utilização no processo produtivo: valor da conta de energia R\$ 20,00.

Atendidas as regras e condições, o valor que poderá ser creditado relativamente às operações elencadas é

- (A) R\$ 61,20.
 - (B) R\$ 47,40.
 - (C) R\$ 51,00.
 - (D) R\$ 43,80.
 - (E) R\$ 40,20.
-
49. Considerando que um contribuinte do ICMS, sujeito ao regime periódico de apuração, tenha recebido mercadoria destinada a revenda, cuja saída subsequente é tributada pelo imposto. Analise os requisitos abaixo, quanto à necessidade e suficiência para permitir o crédito do imposto relativamente a esta aquisição:
- a. a operação que resultou na entrada da mercadoria tenha sido tributada pelo ICMS.
 - b. o valor do ICMS anteriormente cobrado tenha sido destacado no documento fiscal.
 - c. o documento fiscal atenda às exigências previstas na legislação.
 - d. o documento fiscal relativo à operação tenha sido emitido pelo remetente da mercadoria.
 - e. o emitente do documento fiscal relativo à operação esteja inscrito no cadastro de contribuintes do ICMS.
 - f. o emitente do documento fiscal se encontre em atividade no local indicado no documento fiscal.
 - g. o documento fiscal seja escriturado no prazo de 5 anos contados da data de sua emissão.
 - h. o valor relativo ao preço da compra tenha sido pago ao fornecedor.
 - i. o conhecimento de transporte da mercadoria seja hábil e indique o documento fiscal.
 - j. o fornecedor da mercadoria tenha pago o valor do ICMS devido.

Diante do exposto, é correto afirmar:

- (A) c, f, g, h, i são requisitos necessários, mas não suficientes para o crédito.
 - (B) b, c, g, j são requisitos necessários, mas não suficientes para o crédito.
 - (C) a, b, c, e, f são requisitos necessários, mas não suficientes para o crédito.
 - (D) e, g, h, i não são requisitos para o crédito.
 - (E) b, d, g, h são requisitos necessários e suficientes para o crédito.
-
50. Quando em um estabelecimento se realizam determinadas operações de entrada e saída de mercadorias, pode ocorrer que o valor dos créditos supere o valor dos débitos, resultando na formação de saldo credor de ICMS. Em algumas situações, a legislação considera que houve a geração de crédito acumulado; em outras situações houve simplesmente a formação de saldo credor, não passível de ser apropriado e utilizado como crédito acumulado. É uma hipótese passível de gerar crédito acumulado o recebimento de mercadoria proveniente de
- (A) fornecedor paulista, para ser revendida, e subsequente saída para consumidor pessoa natural localizada no Distrito Federal.
 - (B) fornecedor baiano, para ser revendida, e subsequente saída para cliente paranaense.
 - (C) fabricante paulista, com retenção antecipada do imposto, para ser revendida, e subsequente saída para varejista paulista.
 - (D) fornecedor mineiro, com retenção antecipada do imposto, para ser revendida, e subsequente saída para consumidor final paulista.
 - (E) fornecedor paulista, para ser utilizada no processo produtivo, e subsequente saída do produto resultante com destino a cliente localizado no exterior.



51. Embora as operações com determinada mercadoria estejam sujeitas à substituição tributária com retenção antecipada do ICMS, existem situações em que este método de tributação não deve ser aplicado. O Regulamento do ICMS elenca uma série de situações em que o estabelecimento, em tese, responsável pela retenção, não deve fazer a retenção, mas aplicar as regras comuns da legislação. A retenção deverá ser efetuada pelo estabelecimento paulista, eleito como substituto, ao Estado de São Paulo, quando promover a saída de mercadoria, sujeita ao regime de substituição tributária, para
- (A) outro estabelecimento do mesmo titular, localizado em outro Estado.
 - (B) outro estabelecimento do mesmo titular, varejista, localizado neste Estado.
 - (C) estabelecimento industrial, que vai utilizar a mercadoria como insumo em processo industrial.
 - (D) estabelecimento atacadista, quando a saída subsequente for isenta.
 - (E) estabelecimento industrial, que fabrica mercadoria da mesma espécie e seja responsável por reter o imposto das operações subsequentes.

Instruções: Para responder às questões de números 52 e 53, considere as informações a seguir.

Durante trabalho fiscal na empresa Lucro Fácil Ltda., sediada em Marília-SP, o Fisco Paulista identificou a entrada no estabelecimento de diversas mercadorias para revenda, cuja aquisição fora lastreada em notas fiscais declaradas inidôneas. Em abril de 2012, o AFR Rodrigo lavrou o devido auto de infração, em meio eletrônico, com valor total do débito fiscal de R\$ 100.000,00. Notificado regularmente da autuação, o contribuinte apresentou defesa, transmitindo-a eletronicamente, segundo as regras atinentes à informatização do processo administrativo tributário (Título III da Lei nº 13.457/2009). Seguiu-se a manifestação fiscal do órgão atuante e, posteriormente, o julgamento da defesa. A referida decisão considerou procedente na íntegra a autuação. A intimação da decisão, informando ao contribuinte a possibilidade de interposição de recurso, fora publicada no Diário Eletrônico do Estado de São Paulo em 23/11/2012, uma sexta-feira (dia útil).

Valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP em 2012: R\$ 18,44

52. Diante deste panorama e com base na Lei nº 13.457/2009, o contribuinte poderá, dentro do prazo legal, interpor recurso
- (A) ordinário para o Tribunal de Impostos e Taxas, cuja admissibilidade cabe ao Delegado Tributário de Julgamento e cujo julgamento compete a uma das Câmaras Julgadoras.
 - (B) ordinário para o Delegado Tributário de Julgamento, cuja admissibilidade e julgamento a ele competem.
 - (C) voluntário para o Delegado Tributário de Julgamento, cuja admissibilidade e julgamento a ele competem.
 - (D) voluntário para o Tribunal de Impostos e Taxas, cuja admissibilidade cabe ao Presidente do Tribunal e cujo julgamento compete a uma das Câmaras Julgadoras.
 - (E) especial para o Tribunal de Impostos e Taxas, cuja admissibilidade cabe ao Presidente do Tribunal e cujo julgamento compete à Câmara Superior.
53. Considerando as informações, é correto afirmar que
- (A) o atuado, por problemas de conexão à internet em seu estabelecimento no último dia do prazo legal, ficou impedido de interpor eletronicamente o recurso adequado, motivo pelo qual pode fazê-lo tempestivamente até o dia útil seguinte.
 - (B) a interposição do recurso adequado pelo contribuinte, por meio eletrônico, deveria ser realizada até às 18 horas do último dia do prazo legal, horário que se encerrou o expediente na repartição fiscal a que está vinculado.
 - (C) o atuado, para a realização dos atos processuais, teve que acessar o sistema eletrônico da Secretaria da Fazenda utilizando computador credenciado, certificado digital e assinatura eletrônica.
 - (D) o atuado pode se desfazer dos originais dos documentos digitalizados e apresentados como prova, juntamente com sua peça de defesa, após a publicação da intimação ocorrida em 23/11/2012.
 - (E) o teor da referida intimação encontrava-se disponível no Diário Eletrônico desde o dia 22/11/2012 (quinta-feira, dia útil), gerando efeitos jurídicos apenas a partir da data de publicação e não dependendo, para tanto, de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.



54. Em janeiro/2010, Luis, motorista particular, comprou veículo Alfa 0 km em Belo Horizonte-MG, onde residia, tendo quitado o respectivo IPVA à Fazenda Mineira. Considere, a partir de então, os seguintes eventos:
- I. 23/setembro/2010 – por motivos profissionais, Luis muda-se de Belo Horizonte-MG para São Paulo-SP, tendo transferido o registro de seu veículo Alfa para o Estado paulista.
 - II. 12/novembro/2010 – dispensado do emprego, Luis começa a trabalhar como taxista, após registro junto à Secretaria Municipal de Transportes e obtenção de licença para exercer a atividade com seu veículo Alfa.
 - III. 14/março/2011 – Luis deixa de ser taxista, para trabalhar exclusivamente em escritório de contabilidade; Felipe, amigo de Luis, toma emprestado o veículo Alfa e passa a trabalhar como taxista.
 - IV. 18/dezembro/2011 – Luis compra veículo Delta 0 km, em São Paulo/SP.
 - V. 30/agosto/2012 – Luis tem seu veículo Delta furtado, em Santos/SP.

Com base nos dispositivos da Lei nº 13.296/2008, em relação ao IPVA em cada um dos eventos, Luis:

- (A) I. nada devia ao Estado de São Paulo; II. poderá, a partir dessa data, requerer e obter a isenção do IPVA; III. deixou de ter direito à isenção, ocorrendo neste momento o fato gerador do IPVA, caso já concedida a isenção; IV. deveria pagar 1/12 do valor total do IPVA/2011 do veículo Delta; V. tem direito à restituição de 5/12 do imposto pago em 2012 para o veículo Delta, ficando dispensado de pagar o imposto referente a 2013.
- (B) I. deveria pagar 4/12 do valor total do IPVA/2010 ao Estado de São Paulo; II. passa a ter direito à isenção do IPVA, a ser usufruída automaticamente; III. manteve a isenção para o veículo Alfa, pois a atividade de taxista continuou a ser exercida, de forma ininterrupta; IV. deveria pagar o valor total do IPVA/2011 do veículo Delta; V. não tem direito a qualquer restituição, mas está dispensado de pagar o imposto referente a 2013.
- (C) I. nada devia ao Estado de São Paulo; II. passa a ter direito à isenção do IPVA, a ser usufruída automaticamente; III. manteve a isenção para o veículo Alfa, pois a atividade de taxista continuou a ser exercida, de forma ininterrupta; IV. nada devia ao Estado de São Paulo a título de IPVA/2011 do veículo Delta, uma vez que fora adquirido na segunda quinzena do mês de dezembro; V. tem direito à restituição de 4/12 do imposto pago em 2012 para o veículo Delta, ficando dispensado de pagar o imposto referente a 2013.
- (D) I. deveria pagar 3/12 do valor total do IPVA/2010 ao Estado de São Paulo; II. poderá, a partir dessa data, requerer e obter a isenção do IPVA; III. deixou de ter direito à isenção, ocorrendo neste momento o fato gerador do IPVA, caso já concedida a isenção; IV. nada devia ao Estado de São Paulo a título de IPVA/2011 do veículo Delta, uma vez que fora adquirido na segunda quinzena do mês de dezembro; V. tem direito à restituição de 5/12 do imposto pago em 2012 para o veículo Delta, ficando dispensado de pagar o imposto referente a 2013.
- (E) I. nada devia ao Estado de São Paulo; II. poderá, a partir dessa data, requerer e obter a isenção do IPVA; III. manteve a isenção para o veículo Alfa, pois a atividade de taxista continuou a ser exercida, de forma ininterrupta; IV. deveria pagar 1/12 do valor total do IPVA/2011 do veículo Delta; V. tem direito à restituição de 4/12 do imposto pago em 2012 para o veículo Delta, ficando dispensado de pagar o imposto referente a 2013.

55. Considere os seguintes fatos (UFESP em 2012 – R\$ 18,44):

- I. Marina, residente em Brasília-DF, doa apartamento de sua propriedade, localizado na Av. Paulista (São Paulo-SP), a Laura, domiciliada em Belo Horizonte-MG.
- II. Em 2012, Alfredo realiza depósitos iguais, de R\$ 9.000,00 cada, em seis cadernetas de poupança, cada uma em nome de um de seus seis netos, que com ele residem em fazenda, em Sertãozinho – SP.
- III. Úrsula, domiciliada em Santa Rita do Passa Quatro-SP e proprietária de fazenda criadora de gado nos arredores de Cuiabá-MT, transfere gratuitamente 50 cabeças de boi, avaliadas em R\$ 125.000,00, a Lázaro, seu capataz, morador da fazenda.
- IV. Após a morte de Romualdo, ocorrida em março de 2012, seu filho Jonas e sua esposa Sandra continuam morando no apartamento de quarto e sala em Bertioga-SP, único bem do casal, cujo IPTU de 2012 foi calculado sobre o valor de R\$ 190.000,00.
- V. Fanático por futebol, Jair, falecido no mês passado, previu em testamento que sua coleção de camisas autografadas por Pelé tivesse como novo dono, após seu falecimento, o seu clube do coração, o XV de Novembro de Jaú, entidade desportiva devidamente registrada na Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

Nos termos da Lei nº 10.705/2000, quanto ao ITCMD devido ao Estado de São Paulo, os fatos I a V podem ser classificados, respectivamente, nas seguintes situações tributárias:

- (A) incidência, isenção, incidência, incidência e incidência.
- (B) não incidência, incidência, não incidência, isenção e isenção.
- (C) incidência, isenção, isenção, incidência e não incidência.
- (D) não incidência, não incidência, não incidência, isenção e isenção.
- (E) incidência, incidência, incidência, isenção e incidência.

**Contabilidade Geral**

56. Determinada empresa adquiriu estoque de mercadorias em outubro de 2011, tendo pago 40% em novembro e o restante em dezembro de 2011. A venda deste estoque foi realizada em janeiro de 2012, cujo valor foi recebido 60% em março e 40% em abril de 2012. Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas deveria ter sido reconhecido na Demonstração do Resultado do mês de
- (A) outubro.
 - (B) novembro.
 - (C) dezembro.
 - (D) janeiro.
 - (E) março (60%) e do mês de abril (40%).
-
57. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deve evidenciar a distribuição da riqueza gerada pela entidade. Os principais componentes dessa distribuição a serem evidenciados são:
- (A) Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Insumos adquiridos de terceiros.
 - (B) Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capitais próprios e de terceiros; Valor Adicionado recebido em transferência.
 - (C) Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capitais próprios; Remuneração de capitais de terceiros.
 - (D) Pessoal; Remuneração de capitais de terceiros; Remuneração dos sócios; Receita financeira.
 - (E) Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capitais próprios e de terceiros; Valor Adicionado recebido em transferência.
-
58. Determinada empresa adquiriu mercadorias para revenda, cujo valor total da nota fiscal foi R\$ 123.000,00, estando incluso neste valor:
- ICMS: R\$ 20.000,00
 - IPI: R\$ 12.000,00
 - Frete: R\$ 8.000,00
 - Seguro: R\$ 3.000,00
- Sabendo que a empresa é contribuinte do ICMS, mas não contribuinte do IPI, o valor das mercadorias adquiridas reconhecido nos estoques foi, em reais,
- (A) 123.000.
 - (B) 92.000.
 - (C) 103.000.
 - (D) 112.000.
 - (E) 80.000.
-
59. Durante o ano de 2012, a Cia. Desenvolvida S.A. adquiriu ações de sua própria emissão, pagou fornecedores de matéria-prima e pagou três prestações de um arrendamento mercantil financeiro referentes à aquisição de uma máquina. Estas transações devem ser classificadas, respectivamente, na Demonstração dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa decorrentes das atividades
- (A) operacionais, de financiamento e de financiamento.
 - (B) de financiamento, operacionais e operacionais.
 - (C) de investimento, operacionais e de financiamento.
 - (D) de financiamento, operacionais e de investimento.
 - (E) de financiamento, operacionais e de financiamento.



60. A Cia. Controladora adquiriu 70% das ações da Cia. Controlada por R\$ 100.000,00 à vista em 31/12/2011. Durante o ano de 2012, a Cia. Controlada apurou um lucro de R\$ 30.000,00. Desse lucro, distribuiu e pagou R\$ 20.000,00 como dividendos. Sabendo que o investimento é avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial, ao contabilizar o recebimento dos dividendos, a Cia. Controladora debitou Caixa e creditou
- (A) Receita de Dividendos, no valor de R\$ 14.000,00.
 - (B) Investimentos, no valor de R\$ 14.000,00.
 - (C) Outras Receitas Operacionais, no valor de R\$ 21.000,00.
 - (D) Receita Eventual, no valor de R\$ 21.000,00.
 - (E) Receita de Equivalência Patrimonial, no valor de R\$ 14.000,00.

61. Considere as seguintes informações:

- I. A Cia. Aeroplana S.A. produz aviões especiais, cujo ciclo operacional é de 20 meses.
- II. A Cia. Negociante adquiriu 80% das ações da Cia. A com a finalidade de assegurar o fornecimento de matéria-prima para seus produtos.
- III. A Cia. Voa Bem adquiriu um avião da Cia. Aeroplana para utilizar na prestação de seus serviços.
- IV. A Cia. Lucrativa adquiriu ações da Cia. A com a finalidade de negociá-las a qualquer momento.

Os ativos registrados nos itens I a IV devem ser classificados no Balanço Patrimonial das empresas Aeroplana S.A., Negociante, Voa Bem e Lucrativa, respectivamente, como

- (A) circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- (B) não circulante, circulante, não circulante e não circulante.
- (C) não circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- (D) circulante, circulante, não circulante e circulante.
- (E) circulante, não circulante, circulante e circulante.

62. Considere as seguintes transações ocorridas durante o ano de 2012:

- I. Pagamento de dividendos distribuídos em 2011.
- II. Aumento de capital com bens do ativo imobilizado.
- III. Ágio na emissão de novas ações.
- IV. Recebimento de doações com obrigações futuras que serão cumpridas a partir de 2015.

Afetaram a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, no exercício de 2012, as transações que constam em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



63. Em 31/10/2012, a Cia. Endividada, com operações apenas no Brasil, obteve um empréstimo em moeda estrangeira no valor de US\$ 100.000,00. Este empréstimo deve ser apresentado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2012, à taxa de câmbio
- (A) do dia da obtenção do empréstimo.
- (B) da data do Balanço Patrimonial.
- (C) média do mês em que o empréstimo foi obtido.
- (D) do dia da obtenção do empréstimo mais correção monetária.
- (E) determinada entre as partes envolvidas.

64. A Cia. Comércio & Comércio apresentava em 31/12/2012, em seu Balancete, antes da apuração do resultado do exercício, as seguintes contas de resultado: Receita Bruta R\$ 85.000,00; Impostos sobre Vendas R\$ 15.000,00; Devolução de Vendas R\$ 6.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa R\$ 3.000,00; Depreciação dos Veículos usados na entrega das Vendas R\$ 10.000,00; Abatimentos sobre Vendas R\$ 2.000,00; Fretes sobre Vendas R\$ 4.000,00; Custo das Mercadorias Vendidas R\$ 28.000,00; Comissões dos Vendedores R\$ 7.000,00. Com base nessas informações, o Lucro Bruto do exercício de 2012 apurado pela Cia. Comércio & Comércio foi
- (A) R\$ 42.000,00.
- (B) R\$ 36.000,00.
- (C) R\$ 27.000,00.
- (D) R\$ 34.000,00.
- (E) R\$ 24.000,00.

65. A Cia. Financiadora S.A. efetuou um desconto de duplicatas no valor de R\$ 100.000,00, à taxa de juros simples de 2% ao mês. Como as duplicatas venciam em 90 dias, a instituição financeira cobrou R\$ 6.000,00 de juros, antecipadamente. O registro dessa operação no Balanço Patrimonial da Cia. Financiadora S.A. representa um fato
- (A) modificativo diminutivo do Ativo.
- (B) permutativo entre elementos do Ativo.
- (C) modificativo entre elementos do Ativo.
- (D) permutativo no Ativo e modificativo diminutivo do Ativo e do Passivo.
- (E) modificativo aumentativo do Ativo e do Passivo.

66. Determinada empresa comercial realizou as seguintes operações durante o mês de dezembro de 2012:

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Preço de compra (\$ unitário)	Preço de venda (\$ unitário)
01/12	Compra	150	\$ 21	-
08/12	Venda	90	-	\$ 30
16/12	Compra	60	\$ 17	-
24/12	Compra	120	\$ 21	-
31/12	Venda	60	-	\$ 30

Sabendo que esta empresa adota o critério da Média Ponderada Móvel para controle dos estoques e que não apresentava estoque inicial de produtos, o Custo das Mercadorias Vendidas apresentado na Demonstração do Resultado do mês de dezembro de 2012 foi, em reais,

- (A) 2.910.
- (B) 4.500.
- (C) 3.090.
- (D) 3.150.
- (E) 3.041.



67. Determinada empresa comercial possuía em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2011, R\$ 350.000,00 em duplicatas a receber e uma estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD) no valor de R\$ 10.500,00. Em janeiro de 2012, um cliente que devia R\$ 5.000,00 foi considerado incobrável. Ao reconhecer este evento, a empresa debitou
- (A) EPCLD e creditou Duplicatas a Receber.
 - (B) EPCLD e creditou Provisão no passivo.
 - (C) Despesa com EPCLD e creditou Disponível.
 - (D) Perdas com Clientes e creditou EPCLD.
 - (E) Perdas com Clientes e creditou Duplicatas a Receber.

68. As notas explicativas devem

- I. indicar os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais.
- II. indicar os investimentos em outras sociedades, mesmo que irrelevantes.
- III. fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69. A Cia. Metais adquiriu, em 30/06/2011, uma mina de minério de ferro por R\$ (mil) 270.000,00. A estimativa inicial era de que seriam extraídas 270.000 toneladas desse minério. Durante 2011, foram extraídas 50.000 toneladas. No início de 2012, os técnicos encontraram um novo veio de minério e reestimaram que ainda existiam 250.000 toneladas para serem extraídas. Durante 2012, foram extraídas mais 20.000 toneladas. Com base nestas informações, o valor da despesa de exaustão referente aos anos de 2011 e 2012 foram, respectivamente, em milhares de reais,

- (A) 45.000 e 18.000.
- (B) 50.000 e 17.600.
- (C) 50.000 e 21.600.
- (D) 45.000 e 21.600.
- (E) 50.000 e 18.000.

70. O Princípio

- I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.
- II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.
- III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**Auditoria**

71. NÃO é uma conta que deve ser ajustada a valor presente:
- (A) Provisão para passivo previdenciário.
 - (B) Contas a receber não circulante, com juros.
 - (C) Contas a pagar não circulante, indexado.
 - (D) Empréstimos concedidos com juros prefixados de longo prazo.
 - (E) Adiantamento em dinheiro para recebimento em bens.
-
72. Considere:
- I. O valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
 - II. Gastos com armazenamento de produtos em fase de processo, aguardando próxima etapa.
 - III. Despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
- Deve compor os estoques das empresas o que consta em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
73. O auditor externo da empresa Consultoria Financeira S.A., ao efetuar a revisão do Reconhecimento de Receitas, constatou que R\$ 100.000,00 do total do valor dos serviços vendidos e faturados não foram aceitos pelo cliente e não serão pagos. Constatou-se que é irreversível a não possibilidade de cobrança, em decorrência da Consultoria Financeira S.A. não ter cumprido e não ter condições de cumprir a fase do projeto correspondente ao valor não pago. Dessa forma, deve o auditor recomendar à empresa
- (A) estornar a Receita de Serviços contabilizada.
 - (B) ajustar a Receita de Serviços por uma provisão para perdas.
 - (C) reconhecer como uma despesa o valor incobrável.
 - (D) deduzir a importância do valor da Receita de Serviços contabilizada.
 - (E) contabilizar uma perda em Outras Receitas e Despesas.
-
74. O auditor contábil da empresa TransEnergia S.A., empresa que atua no segmento de transmissão de energia, deve confirmar se a empresa realizou, em suas demonstrações contábeis,
- (A) o registro dos gastos realizados com novos empreendimentos, no passivo, como direitos de uso – concessão.
 - (B) a contabilização do ativo imobilizado em operação, como ativo imobilizado em curso, tanto para a contabilidade regulatória como para a contabilidade societária.
 - (C) a criação de conta redutora para o ativo imobilizado em curso, exclusivamente para atender ao balanço societário, com o objetivo de registrar os custos do ativo imobilizado em uso para ativo imobilizado em serviço.
 - (D) a manutenção dos valores do Intangível em conta do Imobilizado ou de Investimento, conforme determina a contabilidade regulatória.
 - (E) a criação de contas contábeis em registro suplementar para contabilização dos custos de construção em conta de resultados.
-
75. É correto afirmar, em relação ao fator de confiança na seleção da amostra, que quanto
- (A) maior o fator de confiança, maior o tamanho da amostra e menor o nível de segurança obtido.
 - (B) menor o fator de confiança, maior o tamanho da amostra e da estratificação permitida.
 - (C) maior o fator de confiança, menor o tamanho da amostra e menor o nível de segurança obtido.
 - (D) menor o fator de confiança, menor o tamanho da amostra e da estratificação permitida.
 - (E) maior o fator de confiança, maior o tamanho da amostra e o nível de segurança obtido.



76. O auditor externo da empresa Cabos S.A. identificou que a empresa construiu nova unidade e utilizou cabos de energia produzidos em sua linha de produção. Para confirmar o registro adequado do custo do ativo imobilizado, a auditoria deve certificar-se de que o custo corresponde ao custo do produto
- (A) para venda, menos quaisquer lucros gerados internamente.
 - (B) pelo valor de reposição, para expressar o valor justo do imobilizado.
 - (C) pelo valor justo, menos os impostos para expressar o valor no mercado.
 - (D) pelo valor de reposição, para expressar o valor em uso.
 - (E) para venda, mais os lucros gerados internamente.
-
77. A empresa Expansão S.A. recebeu um terreno, como subvenção governamental, para se instalar na cidade Nova. Estabeleceu-se como condição somente a construção da fábrica. Dessa forma, em condições normais, o terreno deve ser lançado no ativo
- (A) imobilizado pelo valor justo.
 - (B) não circulante pelo valor nominal.
 - (C) imobilizado por custo zero.
 - (D) não circulante pelo valor justo.
 - (E) imobilizado pelo valor em uso.
-
78. O auditor externo, ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa Saracura farmacêuticos S.A., solicitou que as provisões para créditos de liquidação duvidosa fossem constituídas de forma conservadora, incluindo todos os créditos vencidos há mais de 60 dias. O procedimento foi adotado em decorrência de a empresa estar com bons resultados e apresentar posição mais conservadora, resguardando a administração e a auditoria. Nesse caso, a estrutura conceitual vigente
- (A) está sendo atendida, pois contempla a característica da prudência, requisito básico para elaboração de uma demonstração contábil fidedigna.
 - (B) não está sendo atendida, uma vez que para reconhecer os créditos vencidos há mais de 60 dias, a empresa tem a obrigatoriedade de efetuar a cobrança judicialmente para só posteriormente realizar a provisão.
 - (C) está sendo atendida, pois ela faculta a apresentação das demonstrações contábeis considerando a característica da prudência.
 - (D) não está sendo atendida, pois ela não permite a apresentação de uma demonstração fidedigna e que seja consistente com a neutralidade.
 - (E) está sendo atendida, desde que sejam justificados os motivos que levaram à adoção do procedimento, em nota explicativa, e quantificados seus efeitos.
-
79. O auditor externo, para certificar-se de que uma operação de *leasing* se enquadra na classificação de *leasing* operacional, deve, além de verificar se o arrendamento mercantil não transfere os riscos e benefícios inerentes à propriedade, constatar se
- (A) o arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil.
 - (B) o prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida.
 - (C) o valor presente dos pagamentos mínimos, no início do arrendamento mercantil, totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado.
 - (D) os ativos arrendados são de natureza especializada, de tal forma que apenas o arrendatário possa usá-los sem grandes modificações.
 - (E) os ganhos ou as perdas da flutuação no valor justo do valor residual são atribuídos ao arrendador.
-
80. Uma demonstração contábil apresenta distorções relevantes, quando o valor de distorções
- (A) corrigidas não foi divulgado nas notas explicativas e supera a materialidade global estabelecida pelo auditor.
 - (B) corrigidas, individualmente ou em conjunto, é maior que a materialidade global estabelecida para o trabalho.
 - (C) não corrigidas, individualmente, é menor que a materialidade global.
 - (D) não corrigidas, individualmente ou em conjunto, é maior que a materialidade global estabelecida para o trabalho.
 - (E) não corrigidas, individualmente ou em conjunto, supera o valor de R\$ 10.000.000,00.